Guarda: concentração a 20 de setembro às 12 horas

19 Setembro, 2018



Junto à entrada do pavilhão novo do Hospital Sousa Martins para exigir que o Governo apresente uma nova proposta que responda aos princípios acordados entre todos os sindicatos e que respondem às necessidades e justas reivindicações dos enfermeiros.

Designadamente:

1 . um instrumento legal regule o desenvolvimento profissional e salarial dos enfermeiros e se aplique de igual modo em todas as instituições do setor público/SNS e a todos os enfermeiros que nelas exercem, independentemente da tipologia de contrato, entidade empregadora ou contexto clínico;

2. a definição como horário normal de trabalho ou tempo completo para todos os enfermeiros as já consagradas 35 horas/semana;

3. o aprofundamento dos conteúdos funcionais dos enfermeiros especialistas e a valorização do exercício dessas funções;

4. que seja consagrada a categoria de enfermeiro director/gestor e o aprofundamento dos conteúdos funcionais dos enfermeiros desta área do exercício profissional;

5 . que o instrumento legal defina, designadamente, as condições de acesso às categorias, a grelha salarial, os princípios do sistema de avaliação do desempenho e as condições e critérios aplicáveis aos concursos;

6 . que o início da grelha salarial dos enfermeiros seja, no mínimo, a posição remuneratória 23 e o seu topo seja, no mínimo, a posição remuneratória 57 da TRU;

7 . que a progressão na grelha salarial assegure uma efectiva valorização salarial que no mínimo devem tomar por referência os “saltos salariais” consagrados na atual grelha (decreto de lei nº 122/2010 de 11 de novembro);

8. que as condições de acesso à aposentação voluntária dos enfermeiros sejam os 35 anos de serviço e 57 de idade como base inicial para negociação;

9. que sejam incluídas medidas compensatórias da penosidade da profissão, nomeadamente, compensação resultante do trabalho por turnos;

10. que sejam definidas condições de exercício para enfermeiros, enfermeiros especialistas e em funções de direção/chefia que, entre outros aspetos, determinem a identificação do respetivo número de postos de trabalho dos mapas de pessoal.

Na reunião negocial de 18 de setembro, acusámos o Governo de apresentar uma intolerável proposta de carreira e ao arrepio dos compromissos assumidos e assinados no protocolo negocial.
Governo pondera apresentar nova proposta.